



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Relações Internacionais - IREL

BRUNO DE ALCÂNTARA CONDE DA SILVA

**Entre colonizador e colonizado: uma análise histórico comparativa
da descolonização de Estados africanos (os casos do Marrocos e da Tanzânia)**

Brasília, 2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IREL

BRUNO DE ALCÂNTARA CONDE DA SILVA

**Entre colonizador e colonizado: uma análise histórico comparativa
da descolonização de Estados africanos (os casos do Marrocos e da Tanzânia)**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão da disciplina “Dissertação em Relações Internacionais”, como item opcional de conclusão do Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Orientador: Professor Dr. Pio Penna Filho

Brasília
2019

BRUNO DE ALCÂNTARA CONDE DA SILVA

**Entre colonizador e colonizado: uma análise histórico comparativa
da descolonização de Estados africanos (os casos do Marrocos e da Tanzânia)**

Aprovada em:

Professor examinador:

Prof. Dr. Pio Penna Filho
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus progenitores Virgínia de Alcântara e Adelson Conde principais responsáveis pela minha construção como indivíduos e que me proporcionaram a oportunidade e privilégio de cursar o ensino superior em uma universidade federal. Ademais agradeço também outro importante pilar formacional que são os outros componentes da minha família que direta ou indiretamente contribuíram para minha criação e formação moral, tais como meus irmãos, primas, primos, tias, tios, avó e avô.

Sou imensamente grato também às várias amigas e amigos que fizeram parte da minha trajetória dentro e fora da UnB, sobretudo ao Felipe Soares, Gabriella Almeida, João Sousa, Luís Henrique, Sabrina Raquel, Gabriela Tavares, Giúlia Castro, Camila Cais, Rhana Gabriele, Daniel Saran, Pollyanna Olivato, Rafaela Varela, João Correia, Guilherme Gomes, Vinicius Rodrigues, Ighor Belém, Hugo Padilha e Bernardo de Lima Morais.

Não poderia de deixar de gratular a instituição Universidade de Brasília como centro difusor de conhecimento e reduto de resistência e defesa dos direitos sociais, principalmente no que diz respeito a educação pública gratuita e universal e como esse ambiente me propiciou uma formação sólida e consciente considerando os tempos sombrios que vivemos na atualidade. Ainda no contexto da UnB agradeço e parablenizo os professores do Instituto de Relações Internacionais (Irel) Pio Penna Filho, Daniel Jatobá e Juliano Cortinhas que foram imensamente importantes na minha formação acadêmica e profissional, especialmente o Pio Penna que além de ter me orientado no presente trabalho me influenciou positivamente em pesquisar temáticas correlatas a África e os povos africanos, legado que levarei por toda minha carreira acadêmica.

Por fim gostaria de pontuar a importância dos projetos de extensão do Irel e como eles impactam positivamente a vida dos estudantes do instituto, tais como o AMUN, SiNUS, CSOI, e em especial ao LACRI (Laboratório de Estudos Afrocentrados em Relações Internacionais) grupo de estudos que me ajudou a moldar minha identidade e me ensinou o que realmente é ser afrocentrado e anti-racista e como aquilombar-se num instituto tão branco, agradeço em particular as pretas e pretos Aisha Sayuri, Ísis Higino, Nathália Mendes, Karollyne Araújo, Sibelle de Jesus, Daniela Lima, Kaio Mendes, Izaú Querino, Fabiana Rodrigues, Gabriel de Araújo, João Lucas Melonio, Yann Amoussou, Danilo Josaphat, Janaina Guterres, Wallace das Neves, Samay Gomes e Caroline Abreu.

Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.

- Paulo Freire

RESUMO

A história do continente africano sempre foi perpassado pelos horrores do colonialismo e da exploração europeia e não obstante a isso contemporaneamente os povos africanos custosamente lutam desde suas recentes independência para se emancipar desse legado e alcançarem uma real autonomia. As teorias pós-coloniais e decoloniais se desenvolveram justamente nesse momento de ascensão e deflagração das independência afro-asiáticas enfocando-se nos esforços analíticos para entender e problematizar a manutenção das condições coloniais buscando a emancipação completa de todos os tipos de opressão e dominação oriundos da modernidade ocidental. Neste aspecto no presente trabalho preferiu-se por utilizar as abordagens dos pensadores Frantz Fanon, Albert Memmi e Paulo Freire, principais expoente do pensamento pós-colonial do sul global. Com isso, foram selecionados dois casos de países africanos, o Marrocos e a Tanzânia, para se aplicar uma análise histórico comparativo a fim de se delinear como esses Estados se desenvolveram e seguiram os modelos de reprodução das opressões coloniais ou se realmente libertaram-se por meio de uma “educação libertadora”, promovendo um real desenvolvimento africano anti-colonial.

Palavras-chave: Descolonização africana, pós-colonial, colonizador, colonizado, Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido, Marrocos, Saara Ocidental, Tanzânia.

ABSTRACT

The history of the African continent has always been pervaded by the horrors of colonialism and European exploitation, and yet contemporary African peoples have struggled since their recent independence to emancipate themselves from this legacy and achieve real autonomy. Postcolonial and decolonial theories developed precisely at that moment of the rise and outbreak of Afro-Asian independence, focusing on analytical efforts to understand and problematize the maintenance of colonial conditions, seeking the complete emancipation of all kinds of oppression and domination of western modernity. In this respect has been preferred in the present work it uses the approaches of the thinkers Frantz Fanon, Albert Memmi and Paulo Freire, main exponent of postcolonial thought of the global south. Thereby, two cases from African countries, Morocco and Tanzania, were selected to apply a comparative historical analysis in order to delineate how these states developed and followed the reproductive models of colonial oppressions or whether they are actually liberated by “liberating education”, promoting real anti-colonial African development.

Keywords: African decolonization, postcolonial, colonizer, colonized, Paulo Freire, Pedagogy of the Oppressed, Morocco, Western Sahara, Tanzania.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Análise histórico comparativa dos casos do Marrocos e Tanzânia47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: África Ocidental Espanhola até 1956	34
Figura 2: Território do Protetorado Espanhol no Marrocos sob o controle da República do Rife (delineado em vermelho)	35
Figura 3: Cronologia da expansão marroquina no Saara Ocidental e construção do muro (The Berm)	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
ASP	<i>Afro-Shirazi Party</i>
CCM	<i>Chama Cha Mapinduzi</i>
CIJ	Corte Internacional de Justiça
CMI	Conselho Mundial de Igrejas
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas
EL	Exército de Libertação
FAPLA	Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FLN	Frente de Libertação Nacional (Argélia)
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
Frente Polisario	Frente Popular de Libertação de Saguia El Hamra e Rio de Oro
MDS	<i>Most Different System Design</i>
MINURSO	Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MSSD	<i>Most Similar System Design</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB	Produto Interno Bruto
RASD	República Árabe Saaráui Democrática
SADF	Força de Defesa da África do Sul (<i>South African Defence Force</i>)
SPECPOL	<i>The Fourth Committee of the General Assembly of the United Nations is the Special Political and Decolonization Committee</i>
SWAPO	Organização do Povo do Sudoeste Africano (<i>South West Africa People's Organization</i>)
TANU	União Nacional Africana de Tanganica (<i>Tanganyika African National Union</i>)
UA	União Africana

UNTAG

Grupo de Assistência Transicional das Nações Unidas
(*United Nations Transition Assistance Group*)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. Marco Teórico-conceitual: Colonialismo e a dominação colonial	15
1.1. Teoria Pós-Colonial, Colonialidade do poder e o Pensamento Decolonial	16
1.2. Os pós-coloniais africanistas: Frantz Fanon e Albert Memmi	18
1.3. A perspectiva brasileira: Paulo Freire e a Pedagogia do Oprimido	23
1.3.1. Paulo Freire na África	25
2. Metodologia de comparação	29
2.1. Most Similar System Design (MSSD) e Most Different System Design (MDSD).....	29
2.2. Seleção e justificativa dos casos	30
3. Análise dos Casos	33
3.1. Marrocos e Saara Ocidental	33
3.2. Tanzânia	42
3.3. Análise Histórico Comparativa	46
Considerações Finais	48
BIBLIOGRAFIA	51

INTRODUÇÃO

Com exceção da Etiópia e da Libéria¹ todos os Estados africanos foram colonizados e explorados por potências europeias, cenário que só se modificou com o surgimento das lutas de libertação e posteriormente com as independências, praticamente todos os países africanos alcançaram suas respectivas autonomias, exceto pelo caso do Saara Ocidental², último território continental africano que ainda não alcançou a independência tendo ainda o status de colônia para com o Marrocos. Desde o século XIX³ a história do continente africano foi perpassado pelos horrores da colonização, e essa experiência deixou um legado no continente, legado que se perpetuou até a atualidade através de inúmeras marcas na realidade africana, tais como a fome, pobreza, epidemias, conflitos armados, dificuldade em desenvolver-se economicamente e uma certa incompatibilidade de adaptação às estruturas liberais internacionais, fatores que impossibilitam os povos africanos de agirem autonomamente em suas realidade.

Seguindo essa linha o propósito da presente monografia é argumentar que uma das alternativas para a descolonização e emancipação dos países africanos seria através da educação como prática da liberdade. Para se chegar a essa conclusão essa pesquisa se propõe a analisar a complexidade do fenômeno da colonização e seus impactos e consequências aos povos dominados, demonstrando como os povos africanos são historicamente explorados e que mesmo com essa condição desfavorável é possível desenvolver uma epistemologia emancipatória que rompa com a lógica colonial. Com isso se evidenciará, através da análise

¹ A Libéria foi fundada e colonizada por ex-escravos retornados dos Estados Unidos da América, iniciada em meados do século XIX na premissa de que os ex-escravos americanos teriam maior liberdade e igualdade nesta nova nação, com isso em 1824 foi criada a colônia da Libéria. Posteriormente em 1847 a Libéria alcançou sua independência, a primeira e mais duradoura do continente africano, fundado a República da Libéria, o primeiro Estado republicano da África, inspirado no governo dos EUA, inclusive nomeando Monróvia como sua capital, homenagem à James Monroe, o quinto presidente dos Estados Unidos e um proeminente defensor da colonização (U.S. Department of State, 2018).

² Refere-se ao país como Saara Ocidental, República Árabe Saaráui Democrática (abreviação: RASD) ou apenas pela nome encurtado República Saaráui.

³ Estima-se que a colonização recente da África iniciou-se com a ocupação das Ilhas Canárias pelos portugueses no início do século XIV e posteriormente no século XV com a ocupação portuguesa de pequenos territórios na costa atlântica do continente africano.

de casos, como ocorre o *modus operandi* colonial em situações relativamente similares e, posteriormente, como os processos de libertação e emancipação podem produzir diferentes realidades de acordo com as diferentes variáveis presentes em cada caso.

Para melhor compreender esse fenômeno, a estrutura capitular desta monografia será dividida em três seções. A primeira seção buscará explicar melhor os conceitos que envolvem a prática colonial e toda a complexidade do fenômeno da dominação, fundamentando-se num referencial teórico composto por três autores oriundos do sul global, que essencialmente tratam em suas obras a tênue relação entre o colonizado (oprimido) e o colonizador (opressor), cada um com uma abordagem e recorte específico. Primeiramente será abordado os argumentos de Frantz Fanon e de sua obra *Pele negra máscaras brancas* (2008), seguido dos argumentos do franco-tunisianista Albert Memmi em seu trabalho *Retrato do Colonizado precedido de Retrato do Colonizador* (2007) e por último as ideias do brasileiro Paulo Freire, principalmente as contidas na obra *Pedagogia do Oprimido* (1987).

A segunda seção será dedicada à metodologia empregada neste estudo, que consiste numa análise histórico comparativa de casos. Esse método de análise é baseado no controle pela semelhança, mais especificamente a formulada por Todd Landman (2008), denominada em seu estudo como *Most similar systems design* (MSSD), nessa abordagem “procura-se identificar as principais características que são diferentes entre países semelhantes e que respondem pelo resultado político observado”, abordagem ideal para os chamados “estudos de área” e seleção de casos de países localizados numa mesma região geográfica ou que compartilham similaridades históricas, políticas e culturais.

A terceira parte compreende a análise dos casos, tendo como principal objetivo a comprovação das hipóteses através dos casos estudados, que são a República Unida da Tanzânia e o Reino do Marrocos. Com isso pretende-se explicar o porquê de países que passaram pela experiência da colonização, após alcançarem suas independências reproduziram a lógica colonial da qual já foram vítimas e outros não. Com isso o principal argumento para a comprovação da hipótese é de que para não se reproduzir a prática da colonização os países libertos teriam que ter de fato uma “educação libertadora”, quebrando assim o ciclo vicioso de opressões, alcançando uma real autonomia. Por fim, as conclusões obtidas serão apresentadas nas considerações finais, bem como a exposição das limitações desta pesquisa e meios e direcionamentos de se aprimorar estes estudos futuramente.

1. Marco Teórico-conceitual: Colonialismo e a dominação colonial

O conceito tradicional de colonialismo é normalmente definido, segundo a *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (2017) como sendo “uma prática de dominação, que envolve a submissão de um povo a outro”. A etimologia do termo nos fornece uma idéia da origem da prática, o termo colônia vem da palavra latina *colonus*, que significa fazendeiro ou agricultor, essa raiz remete a prática do colonialismo que geralmente envolvia a transferência de populações para um novo território, em que esses colonos se instalaram permanentemente neste novo local enquanto mantinham lealdade política ao seu país de origem. Como já evidenciado o colonialismo não é um fenômeno moderno, não se restringe a um tempo ou lugar específico, a história da humanidade está repleta de exemplos da expansão territorial de povos e sociedades, incorporando e conquistando outros povos. Contudo, apenas no século XVI o colonialismo tomou outra proporção devido aos avanços tecnológicos na navegação e conseqüentemente a supressão das distâncias e conexão de partes mais remotas do globo (KOHN e REDDY, 2017).

A legitimidade da prática colonial, no século XIX também tem um extenso debate e problematização, principalmente pela dificuldade de conciliar os princípios liberais do universalismo e da igualdade com a prática do subjugo europeu sobre os povos não-ocidentais. Uma maneira de conciliar ou burlar esses princípios aparentemente incompatíveis foi o argumento conhecido como “missão civilizadora”, que sugeria que os europeus tinham uma missão de civilizar por um período temporário essas sociedades “não civilizadas ou selvagens”, assim esses povos iriam se desenvolver e avançar ao ponto de serem auto suficientes, capazes de sustentar um Estado moderno com instituições liberais e autogoverno, situação perfeitamente retratada e denunciada na obra de Aimé Césaire, em seu ensaio intitulado *Discurso Sobre o Colonialismo* (1955) (KOHN e REDDY, 2017).

Uma das dificuldades de se definir o conceito de colonialismo é que frequente ele é confundido ou até usado como sinônimo de imperialismo. Como o colonialismo, o imperialismo também envolve o controle político e econômico sobre um território dependente, a etimologia do termo advém do latim *imperium*, que significa comandar, com isso concebe-se que o imperialismo enfatiza o modo como um país exerce poder sobre outro, seja por mecanismos diretos ou indiretos de controle. Portanto o emprego do termo colonialismo é frequentemente usado para descrever contextos de ocupação e dominação por

uma grande população de residentes permanentes, como na América do Norte, Brasil, Austrália, Nova Zelândia, Argélia e África do Sul. Já o imperialismo descreve casos em que um governo estrangeiro administra um território sem assentamento significativo, como por exemplo a dominação da África pelos europeus no final do século XIX e a dominação estadunidense das Filipinas e de Porto Rico (KOHN e REDDY, 2017).

Entretanto essa distinção entre os dois conceitos não é tão clara na literatura, alguns autores preferem classificar esse fenômeno entre colônias para colonização e colônias para exploração econômica, enquanto outros usam o termo colonialismo para descrever dominações direta de um povo por uma nação estrangeira, contrastando com o imperialismo que envolve formas indiretas de dominação (KOHN e REDDY, 2017). A confusão do termo se dar principalmente devido a forma como o conceito foi evoluindo ao longo da história, antes do século XIX a palavra imperialismo não era comumente utilizada, muito embora desde o início de sua empreitada colonial o Reino Unido já era denominado como “Império Britânico” (YOUNG, 2001).

A compreensão tradicional do conceito de império foi fortemente influenciada pela análise leninista e posteriormente marxista, em que se compreendia o imperialismo como sendo um estágio histórico do sistema capitalista, fundamentado essencialmente na exploração econômica. O impacto dessa abordagem marxista é aparente na contemporaneidade principalmente no debate sobre o “imperialismo estadunidense”, termo que geralmente se refere a hegemonia econômico-militar dos EUA pós-Segunda Guerra Mundial, independentemente se tal poder é exercido direta ou indiretamente no sistema internacional (YOUNG, 2001).

Com isso, a presente pesquisa usará o colonialismo como um conceito amplo que se refere ao projeto de dominação política, econômica e cultural europeia entre os séculos XVI e XX que encontrou sua derrocada e extinguindo-se parcialmente com os movimentos de libertação nacional e a ocorrência das independências.

1.1. Teoria Pós-Colonial, Colonialidade do poder e o Pensamento Decolonial

A teoria pós-colonial se propõe a identificar e criticar a relação antagônica existentes entre colonizador (opressor) e colonizado (oprimido) e suas relações de poder, denunciando essa discrepância como um projeto de domínio e exploração. A preocupação inicial dos

estudos pós-coloniais foi focada nas décadas de 1970 e 1980, devido às lutas de libertação e independências dos Estados africanos e asiáticos, e tinha como intuito compreender melhor “como o mundo colonizado é construído discursivamente a partir do olhar do colonizador” e também como o inverso se dá, “como o colonizado se constrói tendo por base o discurso do colonizador”. Essas pesquisas seguiram uma trajetória em comum aos estudos culturais críticos a modernidade e ao eurocentrismo e suas consequências para a construção do discurso e das identidades num contexto pós-independência. O pós-colonialismo não bebe da fonte de uma única matriz teórica, sendo muito associada aos trabalhos de teóricos africanistas e orientalistas como Franz Fanon, Albert Memmi, Aimé Césaire, Edward Said, Stuart Hall, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakravorty Spivak (ROSEVICS, 2017).

Já no final da década de 1980 e começo da década de 1990 o sociólogo peruano Aníbal Quijano deu um novo sentido ao legado do termo colonialismo, introduzindo o conceito de “colonialidade”. O ideário da modernidade e sua complexa narrativa, que originou-se na Europa e construiu a civilização ocidental a partir da conquista de outros povos, esconde seu lado mais obscuro: a “colonialidade”. A partir daí Quijano denomina como *patrón colonial de poder* ou matriz colonial de poder os quatro pilares da dominação colonial inter relacionadas, são elas: o controle da economia, controle da autoridade, controle do gênero e da sexualidade, e controle do conhecimento e da subjetividade (MIGNOLO, 2011).

O pensamento decolonial portanto consiste no esforço analítico para entender e problematizar a manutenção das condições colonizadas buscando a emancipação completa de todos os tipos de opressão e dominação, principalmente no que Quijano chama de “colonialidade do poder”, entendida como a dominação das potências do norte em relação às periféricas no sul, ocorrendo através de uma hierarquização dos povos baseados na diferenciação por meio da raça, etnia, gênero, sexualidade e classe, tendo como objetivo o controle epistemológico desses povos e consequentemente o domínio do trabalho, recursos e produção em prol do capital e do mercado mundial. É importante pontuar também que o termo *decolonial* é utilizado no lugar de *descolonial* em virtude da intervenção de Walter Mignolo para diferenciar os propósitos do grupo de pensadores latino-americanos da decolonialidade do outro grupo que pertenciam as lutas pela descolonização da África e Ásia no período da Guerra Fria (ROSEVICS, 2017).

Enquanto os pós-coloniais se assemelham mais às correntes de pensamento pós-modernas e pós-estruturalistas, os pensadores decoloniais se aproximam aos teóricos da teoria crítica, contudo a principal distinção entre os pós-coloniais africanos e asiáticos e os decoloniais latino-americanos é o tipo de colonização que cada um experimentou e conseqüentemente o legado que a mesma deixou respectivamente em cada região do mundo (ROSEVICS, 2017). Os estudiosos frequentemente distinguem esse conceito entre várias formas sobrepostas de colonialismo ou tipos de colonialismo, entre elas comumente diferenciam-se entre colônias para povoamento e colônias para exploração econômica, e ainda se tem a variável colonizador, já que cada estado europeu tinha um método próprio para a prática colonial. A experiência colonial vivenciada pela Ásia e África, por exemplo esteve mais ligada aos britânicos e franceses em sua grande maioria, o que se distingue no tempo e no espaço da ação dos espanhóis e portugueses na América Latina (ROSEVICS, 2017).

Muito embora tanto a perspectiva pós-colonial quanto a decolonial tenham abordagens diferenciadas, ambas servem ao mesmo propósito de crítica à modernidade e podem ser complementares a fim de servir de instrumento para a compreensão da realidade colonial, e foi justamente essa abordagem escolhida como referencial teórico nesta pesquisa. Para melhor embasar a análise dos estudos de caso preferiu-se aprofundar mais nos atores decorrentes da colonização, no caso o colonizador e o colonizado, para isso será explanado a tese de três teóricos do sul global que tratam justamente dessa tênue relação bilateral, são eles: Frantz Fanon, Albert Memmi e Paulo Freire, autores que, cada qual num contexto específico, vivenciaram em sua trajetória a realidade da colonização.

1.2. Os pós-coloniais africanistas: Frantz Fanon e Albert Memmi

Frantz Fanon foi um psiquiatra e filósofo, nascido em 1925 em Fort-de-France na Martinica, departamento ultramarino francês no Caribe. Depois de servir no exército francês em sua juventude na Segunda Guerra Mundial, formou-se em medicina e psiquiatria em Lyon, onde escreveu sua tese de doutorado em psiquiatria sobre os efeitos do racismo colonial na mente do colonizado, tese da qual foi recusada por confrontar o pensamento hegemônico positivista vigente na academia à época, no entanto anos depois ele revisou o texto que utilizou em sua primeira tese rejeitada e o publicou com o título *Peau noire*,

*masques blancs*⁴ (1952), livro que marcaria a história dos estudos sobre a raça e racismo nas ciências sociais. Em 1956 Fanon se muda para a Argélia por motivos profissionais, o que lhe proporciona uma importante vivência, fundamental para sua compreensão acerca dos impactos do colonialismo na estrutura psíquica humana (FAUSTINO, 2014).

Com a deflagração da revolução nacionalista na Argélia e a resposta repressiva da França às frentes de libertação, Fanon renuncia ao seu cargo no Hospital psiquiátrico em que trabalhava para se filiar à Frente de Libertação Nacional (FLN), partido socialista que compôs parte do corpo revolucionário que dirigiu a guerra pela independência argelina. Entre o final da década de 1950 e começo de 1960 Fanon publicou seu último trabalho em vida, *L'An V de la révolution algérienne*⁵ (1959) e postumamente *Les Damnés de la Terre*⁶ (1961), obras que refletem de forma formidável a experiência da luta anticolonial vivenciada pelo povo argelino, resultando na conquista de sua independência em meados de 1962. Sua esposa, a argelina Josie Fanon, ainda editou uma antologia de seus escritos póstumos intitulada *Pour la révolution africaine*⁷ (1964) (FAUSTINO, 2014).

Na obra de Fanon ele traz uma perspectiva sobre o colonialismo e as relações de poder baseando seu argumento primordialmente na sua vivência e no contexto social do qual estava inserido, enfocando num recorte racial e no impacto psicológico do racismo nos indivíduos oriundos dos países colonizados, ainda segundo o autor sua pesquisa seria “uma tentativa de compreensão a relação entre o negro e o branco” (FANON, 2008, p. 27). A obra de Fanon relata as tendências e motivações do que ele chama de “duplo narcisismo”, pelo qual “só uma interpretação psicanalítica do problema do negro pode revelar as anomalias afetivas responsáveis pela estrutura dos complexos”, ou seja, apenas compreendendo como os mecanismos de dominação operam e agem na mente do indivíduo racializado será possível se pensar numa solução para pôr fim a esse círculo vicioso de opressões (FANON, 2008, p. 27).

O grande legado da obra de Fanon aos estudos psicológicos e às ciências sociais de uma maneira geral foi um movimento de reação contra a tendência constitucionista do fim do século XIX nas diversas áreas do conhecimento. Na psiquiatria em específico com a

⁴ Pele negra, máscaras brancas, 1952.

⁵ *A Dying Colonialism*, 1959 (do original em inglês, sem tradução para o português).

⁶ Os condenados da terra, 1961.

⁷ Pela Revolução Africana, 1964.

influência de Freud através da psicanálise se estabeleceu que se levasse em consideração o fator individual, substituindo-se assim a tese *filogenética* pela perspectiva *ontogenética*⁸, entretanto Fanon refuta essa premissa argumentando que a alienação do negro não é apenas uma questão individual mas também social, considerando a perspectiva *sociogenética*⁹. Esse processo exige uma compreensão total dos fatores e atores envolvidos, tanto o negro como o branco e o ambiente colonial do qual eles estão inseridos, encontrando uma solução tanto no plano objetivo como no plano subjetivo para a desalienação do negro através da tomada de consciência das suas respectivas realidades econômicas e sociais (FANON, 2008).

Um contemporâneo de Frantz Fanon e outro importante teórico anticolonial é o intelectual Albert Memmi, de origem judaica e nascido em Túnis, capital da Tunísia em 1921. O autor viveu em uma Tunísia ainda sob domínio francês e experimentou a opressão colonial o que lhe permitiu compreender a complexidade e profundidade dos efeitos psicológicos de um trauma colonial. Estudou na Universidade de Argel e após a independência de seu país em 1956 emigrou para a França e adotou nacionalidade francesa fixando-se na Sorbonne, no ano seguinte ele publica seu mais célebre trabalho, *Retrato do Colonizado precedido de Retrato do Colonizador* (1957), onde o autor franco-tunisiano destrincha a psiquê do opressor e do oprimido relatando os efeitos e interiorização resultantes desse conflitos sociais (MEMMI, 2007).

Ambos os autores vêem no racismo sofrido pelos povos racializados como sendo a ideologia mais arraigada no processo de alienação gerado pela condição colonial, alienação essa que serve como o *modus operandi* colonial. A ideologia colonial tem como propósito dominador sempre deslegitimar a história do colonizado e conseqüentemente sua cultura e símbolos, apagando sua memória através da doutrinação colonial, e por intermédio da educação o sistema colonial reproduz sua ideologia usada como mecanismos de alienação,

⁸ “A psicologia filogenética ou constitucional é aquela que relaciona o comportamento humano à ‘morfologia’ e à ‘fisiologia’, criando uma correlação entre o perfil corporal e as características psicológicas dos sujeitos”; se opondo a ontogenia que trata da história de um organismo em seu próprio tempo de vida e desenvolvimento, ao contrário da filogenia que se refere à história evolutiva de uma ou mais espécies (FAUSTINO, 2018, p. 151).

⁹ “A análise fanoniana do colonialismo relaciona tanto o ‘impacto do mundo social sobre a emergência dos sentidos e identidades humanas’ quanto ‘as situações individuais que se relacionam com o desenvolvimento e a preservação política e social das instituições’” (GORDON, 2015, p. 2 e FAUSTINO, 2018, p. 150).

supervalorizando tudo e todos oriundos da metrópole e depreciando os povos originários (MEMMI, 2007 e LIPPOLD, 2005).

Ao se perceber enquanto indivíduo vivendo na condição de alienado, o sujeito racializado tenta sair dos estereótipos construídos na sociedade colonial, a primeira saída dessa realidade indesejada é a assimilação pela metrópole, alternativa viável apenas as classes mais elevadas dentro da sociedade colonial; a segunda é a revolta contra as classes dominantes coloniais e ao colonizador, alternativa disponível a maior parte da massa dominada já que ela não distingue a quem. Outro fenômeno que se percebe entre esses dois acontecimento descritos anteriormente, seria uma espécie de “contra mitologia”, um movimento de resistência por meio da estigmatização do opressor, criando uma espécie de “racismo às avessas”, usado como forma de combate às práticas coloniais (LIPPOLD, 2005).

Portanto, a aversão do negro/árabe contra os europeus não pode ser analisado da mesma maneira que o racismo dos brancos contra os não-brancos. O primeiro caso é uma reação a posteriori à supremacia branca, esse “racismo reverso” do oprimido contra o que lhe pratica a opressão é fruto direto do racismo do opressor, manifestando-se como um movimento de resistência e luta contra a negação de si mesmo, numa ação de empoderamento e auto descoberta. Esse movimento tem por princípio uma negatividade, uma espécie de ressentimento contra o colonizador, uma reação violenta e aversiva à mistificação colonial, mas tem por objetivo final uma positividade, a recuperação da agência do colonizado e reidentificação com as identidades nativas iniciando o processo de revogação da dignidade humana do colonizado (LIPPOLD, 2005).

Como já explanado a assimilação dentro desse contexto é limitada, tendo em vista que ela em certa medida vai contra as premissas do colonialismo, a demarcação das hierarquias necessita ser mantida, o colonizador recusa-se a assimilar os colonizados a fim de preservar o *status quo* da dominação, com isso tanto Memmi como Fanon concordam que com a impossibilidade da assimilação a única alternativa disponível é a revolta, que segundo os autores supracitados é a única tentativa realmente eficiente no caminho para a libertação. A revolta violenta então desmistificaria a suposta inferioridade e submissão inata dos povos não brancos e romperia esses laços de dominação (LIPPOLD, 2005).

Memmi e Fanon viveram numa conjuntura que se demandava estudos sobre a violência que justificassem sua utilização como meio para acabar com o colonialismo, contexto em que diversos povos colonizados cada vez mais revoltavam-se contra os colonos,

por meio dessa “contra-violência”. A ação ou efeito de empregar a violência é intrínseca ao colonialismo e a construção do Estado Moderno, pois baseia-se essencialmente na expropriação da terra dos nativos, na domesticação da força de trabalho e no genocídio dos povos originários, a violência pode ser velada ou explícita, mas sempre está presente no contexto colonial (LIPPOLD, 2005).

Mesmo nos casos de Estados que conseguiram alcançar suas independências de forma relativamente pacífica, os processos de libertação foram um movimento político resultante de lutas e revoltas violentas, em situações como do Vietnã e da Argélia as metrópoles europeias tiveram que repensar o *trade-off* e chegar a conclusão de se realmente valia a pena continuar com o vínculo colonial, sendo que as revoltas emancipatórias estavam gerando mais prejuízos que os lucros que as colônias geravam. Com isso os colonizadores europeus decidiram que era mais benéfico para elas ceder as independências mas de forma controlável e que assegurasse os interesses econômicos da metrópole e estabelecesse as bases de dependência para o posterior neocolonialismo (LIPPOLD, 2005).

As obras de Frantz Fanon e de Albert Memmi insere-se não só no contexto das independências africanas e asiáticas e lutas anticoloniais, mas também no movimento chamado à época de terceiro-mundismo, tendo bastante influência nos movimentos de negritude afro-americanos e no que hoje é denominado pensamento pós-colonial e decolonial (LIPPOLD, 2005). Memmi conheceu Fanon durante a sua estada em Túnis, e proveniente desse contato e do conhecimento prévio da obra de Fanon, Memmi afirmou o seguinte em um artigo publicado em 1971, intitulado *La vie impossible de Frantz Fanon*:

Na sua curta vida, Frantz Fanon experimentou pelo menos três fracassos graves. Nascido num departamento francês, acreditava-se francês e branco. Quando foi estudar (na Metrópole), fez a dolorosa descoberta de que na sua pátria era negro das Índias Orientais (Antilhas). Enfurecido, decidiu que não seria nem francês, nem das Índias Orientais, mas argelino: não eram os norte-africanos, como ele, ludibriados e vítimas dessa mesma Metrópole? (MEMMI, 1971, p. 248).

Ambos os autores vivenciaram os horrores do colonialismo e sentiram na pele como esse fenômeno pode ser devastador no psicológico do colonizado, e em seus estudos esses

intelectuais destrincharam todos esses processos de dominação, auxiliando o negro, o árabe e todos os povos colonizados a compreenderem melhor essa construção social. O que seria na ótica de Fanon verdadeiramente o ato de despersonalização e embranquecimento de vestir a “máscara branca”, em que o sujeito colonizado não quer ser racializado e sofrer racismo, mas por outro lado também não pode ser o universal, não pode ser o branco europeu metropolitano (LIPPOLD, 2005).

Posteriormente, o estudo sobre o pensamento de Fanon e Memmi trouxe à tona uma série de questões sobre raça e racismo na sociedade global, questões sobre alienação que se perpetuam até a atualidade, inclusive nestes tempos pós-coloniais. Outra importante contribuição desses autores foi expor como o colonialismo também deixou marcas nas metrópoles, segundo Memmi o colonizador seria a doença do europeu, desfigurando-o, tendo como meta não a negação ou recusa de toda a Europa, mas sim deseja-se apenas que ela reconheça os direitos dos povos colonizados, fazendo um ajuste na relação desses povos com a Europa (MEMMI, 2007).

1.3. A perspectiva brasileira: Paulo Freire e a Pedagogia do Oprimido

Paulo Freire foi o mais célebre educador brasileiro, considerado um dos pensadores mais notáveis e influentes na história da pedagogia mundial e do pensamento crítico, conhecido principalmente pelo seu método de alfabetização de adultos e por desenvolver um pensamento pedagógico assumidamente político com enfoque na libertação por meio da educação. Paulo Freire nasceu em 1921 em Recife, teve formação em direito, mas dedicou sua vida profissional para o magistério. Em 1963 iniciou no município de Angicos no Rio Grande do Norte, o que ficaria conhecido como “Método Paulo Freire”, prática alfabetizadora que se baseava na observação da cultura e linguagem dos alunos e do papel elitista da escola. No ano seguinte Freire coordenou o Plano Nacional de Alfabetização do presidente João Goulart, entretanto no mesmo ano ocorre o golpe militar em que ele é perseguido e preso acusado de subversão enfrentando 70 dias na prisão antes de exilar-se no Chile. Em seu exílio Paulo Freire escreveu seu livro mais célebre, *Pedagogia do Oprimido* (1968), e durante toda sua carreira acadêmica foi nomeado doutor *honoris causa* de 35 universidades em vários países e teve suas obras traduzidas para mais de 20 idiomas. Faleceu aos 75 anos em 1997 em função de um enfarte (FERRARI, 2008).

Em sua *magnum opus*, Freire explana acerca da essência da educação como uma prática libertadora com foco em uma prática educacional emancipatória para libertar o oprimido das amarras do opressor, transformando-o num sujeito autônomo e agente de sua própria história, que como será abordado mais a frente tem muita similaridade com as teorias de Fanon e Memmi, principalmente por relacionar as dinâmicas de poder e a relação de dependência entre o oprimido e o opressor, dando ênfase nas funções da escola e do sistema educacional e como eles são utilizados como instrumentos para a consolidação da opressão (FREIRE, 1987).

Freire identifica no seu estudo algumas características dos oprimidos, como a dualidade existencial devido à introjeção do opressor na psique do oprimido e a inevitável devoção pelo opressor, assim como sua cultura, símbolos e modo de vida. Dentro da história da construção da sociedade brasileira ele exemplifica utilizando a analogia do senhor de engenho e do sujeito escravizado “para demonstrar como a classe opressora e a classe oprimida se constituem mutuamente e como a permanência de uma depende diretamente da outra para se manter”. Freire assinala a predominância do processo do *raciocínio dialético*¹⁰ para explicar a relação entre o opressor e o oprimido, em que os mesmos “encontram-se em uma relação de contradição” (PENNA, 2014, p. 183-184).

As duas classes (oprimido e opressor) são polos opostos e interdependentes em uma relação de contradição, antítese da qual se baseia num longo processo educacional e de socialização sustentados na estrutura opressora que internaliza no oprimido todos os mitos (eurocentrismo, modernidade, etc) e símbolos em uma espécie de “dominação cognitiva que sustenta a dominação material”. Freire denomina esse fenômeno como “invasão cultural” e na literatura pós-colonial e decolonial o mesmo fenômeno é denominado de “colonização do ser”. Todo esse movimento emancipatório tem como objetivo final a libertação física e psicológica por meio da revolução, muito embora nesta obra específica Freire enfoca mais “nos aspectos cognitivos de transformação da realidade” do que na revolução em si (PENNA, 2014, p. 190).

¹⁰ As premissas de Freire são de que os seres humanos são seres da práxis, ou seja, para ele “a verdadeira reflexão crítica origina-se e dialetiza-se na interioridade da práxis constitutiva do mundo humano” e quando o oprimido “reencontrar-se como sujeito e liberar-se, é todo o sentido do compromisso histórico, o que a antropologia sugere que a práxis, se humana e humanizadora, é a prática da liberdade” (FREIRE, 1987, p. 8-9).

O projeto pedagógico que Paulo Freire desenvolveu durante toda sua trajetória visa fomentar a formação de uma percepção crítica da existência colonizada baseada na opressão e na problematização e questionamento do *status quo* vigente e como ele gera desigualdades e como por vezes ele é normalizado, ou seja o propósito da educação libertadora é desnaturalizar os paradigmas opressores vigentes na sociedade através da prática educacional do senso crítico e mostrando que o empoderamento desses sujeitos lhes darão instrumentos para questionar e desconstruir a estrutura opressora que será percebida como passível de transformação, assim como toda configuração institucional estatal (PENNA, 2014).

1.3.1. Paulo Freire na África

A obra de Freire converge em certa medida com alguns dos principais conceitos da matriz críticas do pensamento pós-colonial e decolonial, sobretudo no que tange a relação de submissão entre o oprimido e o opressor que desfruta da estruturas de poder colonial. Além da influência do marxismo presente em seu trabalho, Freire também dialoga com vários elementos recorrente no pensamento dos pós-coloniais africanistas Frantz Fanon e Albert Memmi. Há também que se considerar que o contexto de guerras pela independência nas colônias africanas, principalmente entre a década de 1960 e 1980, é o mesmo recorte histórico que influenciou Freire, conjuntura da qual ele viveu e produziu a maior parte de suas obras (PENNA, 2014).

Ao considerarmos a importância do engajamento sócio-educacional de Paulo Freire e seu projeto político pedagógico de transformação de realidades e emancipação dos povos oprimidos é trivial mencionar seu engajamento nos países africanos no período pós-independências (MESQUIDA *et al.*, 2014). Mas antes é importante melhor salientar as diferenças e especificidades entre os processos de descolonização africano e latino americano (ponto de partida e origem do pensamento freiriano) de acordo com as características históricas de cada continente e como essas diferenças regionais teve implicações na sua aplicação (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

A descolonização da África foi um processo razoavelmente recente se comparados com a do continente americano, que perdurou por mais de três séculos, resultando numa homogeneidade linguística, sobretudo devido ao povoamento europeu e genocídio dos povos nativos, já no continente africano esse processo ocorreu de forma diferenciada. Muito embora

a colonização da África tenha se iniciado desde o século XV, é somente no século XIX que ela se intensifica, consequências diretas da Partilha da África na Conferência de Berlim em 1884-1885, portanto essa diferença temporal é um fator chave para melhor compreender as consequências e legado da experiência colonial em cada continente (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Paulo Freire mantinha uma estreita relação e identificação com o continente africano e sua cultura, seu primeiro contato direto com a África ocorreu na Tanzânia em 1970, segundo relato dele mesmo na obra *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo* de 1978, ele sentia-se estreitamente ligado ao continente: “Faço esta referência para sublinhar quão importante foi, para mim, pisar pela primeira vez o chão africano e sentir-me nele como quem voltava e não como quem chegava” (FREIRE, 1978, p. 9).

Inicialmente a sua ida ao continente africano ocorreu por intermédio do Conselho Mundial de Igrejas (CMI)¹¹ a convite de Julius Nyerere, líder da independência da Tanganica e posteriormente presidente da Tanzânia, ele o convidou com o intuito de chamar Freire para participar do processo de construção e formulação de políticas educacionais para seu país. Nesse período de lutas pelas independências o cristianismo e algumas variantes do marxismo desempenharam um papel fulcral nas frentes de libertação nacional, principalmente nos países francófonos e lusófonos, em que o pensamento e a ação cristã, chamada de “Teologia da Libertação” apoiaram os movimentos emancipatórios africanos tendo em vista que muitos líderes das independências tinham formação educacional baseado nesses princípios cristãos, inclusive Nyerere (MESQUIDA *et al.*, 2014 e FAUNDEZ, 2012).

Mas é somente em Guiné Bissau que Freire realmente elabora uma reflexão verdadeiramente engajada no que se refere a pensar a função de uma educação libertadora no contexto dos países africanos, sobretudo pela influência do teórico marxista Amílcar Cabral, principal influenciador ideológico do processo de independência em Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Diferente da América Latina em que o principal difusor do marxismo foram os partidos políticos de esquerda e os movimentos sindicais, no contexto africano esse papel foi feito pelos movimentos de libertação nacionais e por intelectuais, tais como Cabral (MESQUIDA *et al.*, 2014).

¹¹ O Conselho Mundial de Igrejas (CMI; em inglês, *World Council of Churches*, WCC) é uma organização cristã inter-religiosa mundial, é a principal e mais ampla organização ecumênica moderna, fundada em 1948 é um movimento cujo objetivo é a unidade cristã mundial (WCC, 2019).

A ascensão de movimentos de cunho ideológico marxista encontraram um terreno fecundo para teorias revolucionárias na África, e devido às condições vividas à época de escalada da Guerra Fria condicionaram ainda mais a luta em oposição à dominação colonial. As implicações desse fenômeno foi que o foco ficou na contenda contra o opressor e a dominação europeia ao invés de se concentrar no combate e superação dos mecanismos estruturais do sistema capitalista (MESQUIDA *et al.*, 2014).

Durante toda sua trajetória no continente Freire teve contato com vários movimentos de libertação, sobretudo as frentes oriundas dos países de colonização portuguesa, como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Paulo Freire chegou em São Tomé e Príncipe em 1976 por indicação de Maria Amorim, ministra dos Negócios Estrangeiros e diplomata são-tomense de carreira, lá ele trabalhou com o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) prestando assessoria no Ministério da Educação deste governo, experiência que lhe proporcionou vivência para redigir o estudo do *Segundo Caderno de Cultura Popular* (1978) (CHEMANE, 2017).

Importante salientar que os movimentos africanos de libertação dos países colonizados por Portugal (MPLA, FRELIMO, MLSTP e PAIGC¹²) criaram uma organização de diálogo e integração, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP)¹³, que tinha como objetivo a unificação de estratégias, parâmetros e metas de criação de uma visão comum de combate a colonização portuguesa, visando a construção de Estados independentes e autônomos da dependência colonial. Tal convergência de ideais era tão alinhado que não por coincidência no período pós independência todos esses países lusófonos adotaram um sistema político similar de partido único, socialista do tipo marxista-leninista (CHEMANE, 2017).

O legado do pensamento freireano para os estudos africanos contemporâneos pode ser interpretado como uma melhor compreensão da libertação/liberdade como um exercício dialógico que pode ajudar a abrir uma via produtiva de crítica em relação à condição pós-colonial na África, problematizando a lógica *top-down* na qual o desenvolvimento está atualmente sendo implementado no continente, pensando nas possibilidades de lutas mais

¹² Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

¹³ Organização que foi substituída em 1979 pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

participativas, democráticas e ascendentes por justiça social, defendendo uma abordagem *bottom-up* na implementação do desenvolvimento e democratização no continente (THOMAS, 2009).

Em outras palavras, Freire contribui para a análise dos africanos como sujeitos ativos e agentes inovadores na escolha de seus próprios destinos, em vez de objetos passivos a serem influenciados. Não obstante a posição desvantajosa da África dentro da estrutura do capitalismo global e como os efeitos duradouros do colonialismo tem impacto direto na realidade política, econômica, social, cultural e psicológico do povo africano, e os ensinamentos de Paulo Freire oferecem justamente uma perspectiva e ponto de partida na análise do fracasso de muitos Estados africanos dentro da conjuntura neoliberal da atualidade (THOMAS, 2009).

2. Metodologia de comparação

A comparação, e conseqüentemente o método comparativos, podem ser considerados processos fundamentais na atividade cognitiva humana e portanto inerentes a construção de conhecimento dentro das ciências sociais. Através dessa prática de contraste entre elementos previamente determinados pode-se “descobrir regularidades, identificar padrões, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificar continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitar as determinantes mais gerais que regem os fenômenos sociais” (SCHNEIDER e SCHMITT, 1998, p. 49).

Com isso se concebe que o principal objetivo, mas não único, do método comparativo é controlar as *variáveis* a fim de testar proposições causais, através das inferências citadas anteriormente. Quanto às técnicas específicas de controle de variáveis, elas podem ser diversas, se distinguindo quanto às suas respectivas tipagens, dentre elas temos as abordagens histórica, estatística e experimental, cada qual com suas especificidades, se diferenciando entre si de acordo com o objetivo da pesquisa, número de casos estudados e natureza do objeto estudado (PERISSINOTTO, 2013).

Tradicionalmente os estudos de política comparada enfocam suas análises ao nível macro, tomando como unidade de análise primária a totalidade dos agrupamentos políticos que estão sob a forma de países ou estados e tendo como objeto de análise os fenômenos de interação e realização entre dois ou mais elementos (GONZÁLEZ e BAQUERO, 2013). A técnica comparativa para analisar esse tipo de fenômeno se distinguem entre comparar por semelhanças ou diferenças, nesta pesquisa o controle das condições de variação será feito através do método elaborado por Todd Landman (2008). Nas próximas seções este método será melhor explicado, bem como o processo de seleção de casos e suas condições causais.

2.1. *Most Similar System Design (MSSD) e Most Different System Design (MDSD)*

A sistematização desse método foi formulada pelo estadunidense Todd Landman em seu trabalho *Issues and methods in comparative politics: an introduction* (2008), que por sua vez se baseia no método concordância de J. S. Mill (1843), onde se formulou dois principais procedimentos comparativo de controle pela semelhança ou pela diferença, são elas o *Most Similar System Design* (MSSD) e o *Most Different System Design* (MDSD). O MSSD é uma

estratégia de pesquisa que visa identificar as principais características que são diferentes entre países semelhantes, selecionando casos de países localizados numa mesma região geográfica ou que compartilham similaridades históricas, políticas e culturais. Por outro lado, o MDSD compara países que não compartilham quaisquer características comuns, além do resultado político a ser explicado (LANDMAN, 2008, p. 70).

Com isso, para este estudo optou-se pelo MSSD por sua maior pertinência e adequação à hipótese a ser atestada, determinando através da comparação a motivação da qual casos similares de Estados africanos que passaram pelo processo de dominação colonial reproduziram a lógica da colonização, mesmo depois de se libertarem, tornando-se novos colonizadores. Nessa abordagem o pesquisador irá comparar casos similares entre si (países africanos com um passado colonial e de independências relativamente recentes), mas que se diferenciam em dois principais aspectos (PERISSINOTTO, 2013 e LANDMAN, 2008).

Primeiramente, alguns casos (denominados “casos positivos”) contêm o fenômeno a ser explicado, que neste estudo consiste em casos de países africanos ex colônias que não repetiram a lógica colonial depois de serem libertos, enquanto outros casos (denominados “casos negativos”) não apresentam o fenômeno estudado, que seria justamente a reprodução de práticas coloniais de dominação com outrem. O segundo aspecto identificado seria que todos os casos positivos partilham de uma condição em comum, condição esta que está ausente em todos os casos negativos, portanto essa circunstância em comum presente apenas nos casos positivos, considerada como a causa do fenômeno em questão. Portanto, o fator causal para a não reprodução da prática colonial consiste em uma “educação libertadora” que rompa os laços de dominação entre o colonizado e o colonizador (PERISSINOTTO, 2013 e LANDMAN, 2008).

2.2. Seleção e justificativa dos casos

Nessa pesquisa será realizada uma análise qualitativo-comparativa histórica com alguns países africanos que passaram pela experiência colonial e posteriormente alcançaram a independência e construindo um Estado e suas instituições, essas determinantes são as variáveis dependentes ou seja a presença das características contínuas compartilhadas em ambos os casos escolhidos que deseja-se explicar. Para evitar uma análise enviesada com apenas um caso positivo, que contivesse o fenômeno a ser estudado, preferiu-se a fim de dar

mais robustez a pesquisa se acrescentará também um caso negativo, sendo a melhor maneira de se evitar um viés arbitrária dentro da seleção de casos (PERISSINOTTO, 2013).

Portanto, a principal motivação para a escolha desse método para estudos comparativos de poucos casos baseados no conhecimento histórico aprofundado é que ele permite ir além da simples constatação da existência de correlação entre variáveis, formulando teorias a partir do conhecimento histórico, preenchendo a lacuna entre as variáveis independentes e as variáveis dependentes. Também pode-se considerar que esse método evita fazer amplas generalizações teóricas e uma homogeneidade do modelo causal universal, já que seria inviável tal prática dentro do contexto africano devido às características histórico-sociais extremamente plurais e a complexidade das relações causais do continente africano (PERISSINOTTO, 2013).

Outro problema aparente seria escolher casos em que a variável dependente (o fator do país ter sido colonizado, variável presente em quase todos os países africanos) não varia, desse modo não teria como saber o impacto de supostas variáveis causais sobre a variável dependente, contudo esse fator não tem impacto nesta pesquisa, isso porque o que se procura verificar não é “o impacto linear de uma variável sobre outra, mas a presença/ausência de condições necessárias e/ou suficientes para a produção do fenômeno”, que no caso é a reprodução da colonização (PERISSINOTTO, 2013 e LANDMAN, 2008). Não obstante, ao optar pela comparação histórica entre poucos casos como feita neste estudo, é importante ter sempre em mente que a escolha das unidades de análise não está diretamente relacionada ao resultado a ser explicado, portanto o viés de seleção ocorre através da escolha não aleatória de casos, em que a escolha dos países depende dos valores e critérios da variável dependente, demandando da escolha dos casos extrema criteriosidade e justificativa (LANDMAN, 2008).

Atualmente o continente africano é composto por 55 países¹⁴, desses podemos considerar que 53 passaram pelo processo de exploração colonial europeia e 52 conquistaram de fato suas respectivas independência. Dentro desta ampla amostra optou-se por selecionar dois casos que atendessem todos os critérios e fosse mais pertinente aos objetivos desta pesquisa, são elas a República Unida da Tanzânia e o Reino do Marrocos, considerando que ambos os países africanos tem um histórico colonial e que ambos conquistaram suas independência por meio de lutas de libertação anticolonial.

¹⁴ Atualmente a União Africana (UA) reconhece e é composta por 55 Estados-Membros que representam todos os países do continente africano, incluindo o Saara Ocidental (UA, 2019).

A Tanzânia foi selecionada como caso positivo porque dentre os países que alcançaram a independência de suas metrópoles o caso da Tanzânia é considerado como um exemplo bem sucedido no que diz respeito à emancipação física e mental da colonização. Quanto ao caso negativo o países escolhido foi o Marrocos, principalmente pelo fato desse estado ser o único país africano que contemporaneamente ainda detém uma colônia em seus domínios, no caso o território do Saara Ocidental.

Vale ressaltar que esse caso negativo não é o único exemplo na história africana de um país que deixou o status de colônia e logo depois assumiu o papel de colonizador, um caso emblemático desse fenômeno foi a anexação da Namíbia pela África do Sul em 1915 durante a Primeira Guerra Mundial, quando a mesma recebeu o mandato da Liga das Nações para ocupar o território em questão que naquela época era uma colônia da Alemanha chamada de Sudoeste Africano Alemão. Após a Segunda Guerra Mundial em 1946, a ONU recusou o pedido da África do Sul para anexar o território oficialmente já que o governo de Pretória tratou a área como uma província interna da África do Sul ao invés de uma entidade estrangeira ocupando uma colônia de fato, inclusive impondo a lei do apartheid na Namíbia em 1964 (BYRNES, 1996).

Em 1966 a Assembléia Geral das Nações Unidas reconhece a ilegalidade da ocupação sul-africana em território namibiano revogando seu mandato, a África do Sul recusa-se a reconhecer a resolução das Nações Unidas até 1985 quando permite que uma força de paz da ONU implementasse a Resolução 435 (1978) do Conselho de Segurança, estabelecendo o Grupo de Assistência Transicional das Nações Unidas (UNTAG) na Namíbia. Com isso, em 1988 a África do Sul assina um acordo retirando a Força de Defesa da África do Sul (SADF) do território namibiano encerrando a Guerra de Independência contra a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), que contavam com o apoio de tropas cubanas e soviéticas e das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA). Com isso a Namíbia alcançou sua independência de fato apenas em 1990, quando forma-se um governo eleito liderados pelo SWAPO (BYRNES, 1996). Por todas essas variáveis como o fator da dominação e supremacia branca e o método como a África do Sul incorporou a Namíbia economicamente e militarmente sob o regime do apartheid, praticamente como uma província sua, preferiu-se por desconsiderar esse caso nesse estudo.

3. Análise dos Casos

3.1. Marrocos e Saara Ocidental

A colonização europeia mais recente do Marrocos iniciou-se especificamente em 1912 com o Tratado de Fez, no qual o sultão Abdelhafid concordou em permitir que a França fizesse do Marrocos seu protetorado, em contrapartida o tratado previa profundas transformações no estado marroquino que seriam feitas pelo governo francês com o propósito de manter a ordem e segurança na região, promovendo principalmente o desenvolvimento econômico através de uma reforma e modernização do sistema administrativo, judicial, financeiro e militar do país (ALMEIDA, 2012).

Além disso, o tratado determinava os interesses da Espanha na região, em que lhe foi atribuído uma zona de influência no norte do Marrocos, denominado como Marrocos Espanhol, que consistia numa faixa ao norte do Mediterrâneo no Estreito de Gibraltar e na região de Rife e duas partes ao sul, uma no protetorado ao redor do Cabo Juby, na fronteira com sua outra colônia o Saara Espanhol e outra na província de Ifni (essa tinha de fato o status de colônia), porção do território marroquino em frente às Ilhas Canárias, arquipélago também pertencente à Espanha. O tratado também estipulava por parte da Alemanha o reconhecimento desses protetorados francês e espanhol no Marrocos, recebendo em troca como compensação territórios na colônia da África Equatorial Francesa, na região central do Congo (ALMEIDA, 2012 e HISCHEBERG, 1981).

Teoricamente o tratado de Fez assegurava ao Marrocos seu status legal como um estado soberano, e o sultão permaneceu como chefe de estado do país, contudo na prática, o sultão não tinha poder real e o país era governado pela administração colonial francesa e espanhola. O governo central francês se empenhou em administrar o território do Marrocos a fim de evitar qualquer movimento na direção da autonomia marroquina, com isso o governo francês concentrou-se na exploração mineral, construção de uma infra estrutura de transporte e no desenvolvimento de um setor agrícola voltado para o mercado francês. Milhares de colonos franceses ocuparam e se instalaram no território do Marrocos e adquiriram grandes extensões de terras agrícolas, chegou ao ponto de ter mais de meio milhão de europeus habitando no Marrocos na época de sua independência, correspondendo a 35% da população

residente na cidade de Casablanca em 1956 correspondendo a quase metade da população da cidade (ALMEIDA, 2012 e AZEVEDO, 1994).

Figura 1: África Ocidental Espanhola até 1956



Fonte: Wikipédia, 2019.¹⁵

O tratado de Fez foi percebido como uma afronta pelos nacionalistas marroquinos e provocou várias reações aversivas que desencadearam nos protestos de Fez em 1912 e posteriormente à Guerra do Rife (1919-1926). Esse conflito se deu entre os espanhóis e

¹⁵ Disponível em: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_del_Magreb_\(1956\).svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_del_Magreb_(1956).svg)>.

marroquinos residentes na região de Rife contra os povos nativos de Jebala¹⁶, que tinha como líder do movimento de resistência Abd el-Krim el-Khattabi, que após derrotar o exército espanhol e libertar a região do domínio dos mesmos declarou o território independente do domínio colonial, proclamando a criação da República do Rife. Contudo, mesmo com o grande empenho do povo de Jebala a superioridade em recursos físico, humanos e tecnológicos definiu o curso da guerra a favor da França e Espanha. Com a rendição de Krim em 1926 a República do Rife foi dissolvida pelas tropas espanholas e francesas, recuperando a parte norte do Protetorado Espanhol do Marrocos (PORCH, 2006).

Figura 2: Território do Protetorado Espanhol no Marrocos sob o controle da República do Rife (delineado em vermelho)



Fonte: Wikipédia, 2019.¹⁷

¹⁶ Jebala é um termo de origem árabe se refere tanto a uma região histórica e cultural do norte do Reino do Marrocos como ao povo que habitam historicamente essa localidade. Essa região se estende desde a cidade de Tánger até o centro de Rife (VIGNET-ZUNZ *et al.*, 1991).

¹⁷ Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rep%C3%ABblica_del_Rif.svg>.

Entretanto o legado do movimento revolucionário feito por Krim¹⁸ teve um grande impacto no Marrocos, tornando-se um símbolo que guiou e inspirou o desejo de independência marroquino. Ao tentar construir um novo estado que combinasse tradições muçulmanas com um moderno projeto político que batesse de frente com as potências europeias ele inspirou jovens idealistas e nacionalistas marroquinos em volta de uma ideia concreta de construção de um estado-nação, fomentando o surgimento de organizações nacionalistas clandestinas nas principais cidades do Marrocos. Esses grupos se tornaram os precursores do Partido Nacionalista Marroquino (Istiqlal) que surgiria posteriormente na década de 1940 (PORCH, 2006).

O impacto da Guerra de Rife e suas conseqüentemente foi sentida em todo o protetorado espanhol, sobretudo nas ocupações do norte que vivenciaram a rebelião (PORCH, 2006). Devido a sua posição estratégica e influência nas relações diplomáticas a cidade de Tânger sempre foi bastante disputada pelas potências europeias e desde o estabelecimento do protetorado espanhol do Marrocos na faixa norte do Mediterrâneo a questão sobre a tutela desta cidade sempre esteve em negociação. Esse impasse foi resolvido em 1923 com a promulgação do Protocolo de Tânger, que estabelecia a administração compartilhada da região por Espanha, França e Reino Unido, estabelecendo um novo estatuto nesse território, onde a cidade de Tânger recebeu status especial, tornando-se uma zona internacional, a chamada Zona Internacional de Tânger (MARTÍN, 1973 e UNOSTAMPS, 2009).

Em 1928 Itália, Portugal, Bélgica e Países Baixos também aderiram ao protocolo. Entretanto foram Espanha e França que disputavam a hegemonia total da área já que eram as potências com maior presença na cidade. Essa disputa perdurou até 1940 com o colapso e entrada da França na Segunda Guerra Mundial, foi quando as tropas espanholas ocuparam por completo e anexaram Tânger incorporando-a à zona espanhola do Marrocos. Sob forte pressão dos Aliados a Espanha compromete-se a manter a zona desmilitarizada e com o fim da Segunda Guerra em 1945, a Espanha concordou em retirar suas tropas de Tânger, com isso o status da zona internacional foi restaurado (MARTÍN, 1973 e UNOSTAMPS, 2009).

¹⁸ Em 1958, dois anos após a independência do Marrocos, o sultão Mohammed V declarou Krim um herói nacional, restaurou suas propriedades confiscadas e o convidou a voltar ao Marrocos, o que Krim se recusou a fazer (PORCH, 2006).

Em 2 de março de 1956, a França concordou com a revogação do Tratado de Fez, reconhecendo finalmente a independência do Marrocos, no ano seguinte, os países que aderiram ao Protocolo de Tânger assinaram uma declaração abolindo o regime da Zona Internacional de Tânger em 1957, quando Tânger se tornou definitivamente parte integrante do Marrocos, entretanto a Espanha continuou com possessões em território marroquino até a contemporaneidade (chamadas de *plazas de soberanía*), como algumas ilhas na costa marroquina e as cidades autônomas (*plazas mayores*) de Ceuta e Melilla que de fato localizam-se em território continental do Marrocos (MADARIAGA, 2002).

Quanto à colônia do Saara Espanhol, que juntamente com o território de Ifni tinham o status oficial de colônia da Espanha em território africano, foram domínios espanhol oficialmente desde 1884 com a Conferência de Berlim, colonização motivada principalmente pela localização geográfica estratégica da região, abundância em recursos naturais, como fosfato e minério de ferro, e a rentável atividade pesqueira às margens do oceano Atlântico. O território do Saara Espanhol compreende a região que vai do Rio de Oro até ao sul do Cabo Branco, o que atualmente é a fronteira entre o Saara Ocidental e a Mauritânia (BALDUÍNO, 2015 e MARTINS, 2017).

As Nações Unidas envolveu-se diretamente neste caso apenas em 1963, quando adiciona o até então território do Saara Espanhol na lista de territórios aos quais deverá ser aplicada a Resolução 1514¹⁹ (resolução que designava o direito das colônias à optar entre a independência, a associação com um estado independente ou a integração num estado independente). No ano seguinte, o Quarto Comitê da Assembléia Geral das Nações Unidas, comitê responsável por assuntos relacionados a Descolonização e Políticas Especiais (SPECPOL) determina que o direito de autodeterminação se aplica à população Saaráui e ao caso do Saara Ocidental. Ainda em 1974, através da resolução 3.292 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) houve um parecer da Corte Internacional de Justiça (CIJ) determinando que o território do Saara Ocidental pertencia de fato ao povo saaráui (BARATA, 2012).

Como já mencionado, o Marrocos alcançou sua independência em 1956, deixando de ser um protetorado francês e espanhol, e como um estado recém liberto começou a organizar-se institucionalmente como uma monarquia constitucional autônoma. Após

¹⁹ Resolução 1514 da AGNU de 14 de dezembro de 1960, também chamada “Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais”.

finalmente conquistar sua emancipação era de extrema importância para o Reino do Marrocos garantir estabilidade regional e prestígio perante as potências europeias, e esse objetivo poderia ser alcançado se o país tivesse sob sua administração um território que atendesse a interesses políticos e econômicos tendo como finalidade fortalecer e estabilizar o governo monárquico marroquino (HAMUDI, 2013 e MARTINS, 2017). E foi justamente com essa intencionalidade que em 1976 o Marrocos anexou de forma ilegal o território do Saara Ocidental, após a precipitada e mal sucedida descolonização espanhola dessa região (PENNA FILHO, 2010).

Os indivíduos que residem no Saara Ocidental são pertencentes ao povo Saaráui, povo em sua maioria nômade, tendo sua etnicidade oriunda de uma miscigenação de árabes, berberes e negros africanos, majoritariamente muçulmanos seguidores do Islã (HAMUDI, 2013). Em meados da década de 1950 o povo saaráui aderiram ao Exército de Libertação (EL), movimento de resistência anti colonial de origem marroquina que tinham como objetivo o combate e expulsão dos colonizadores franceses e espanhóis por meio de guerrilhas motivados sobretudo pela expulsão do sultão marroquino Mohammed V pela França, que retornou ao Marrocos logo após a sua independência em 1956 (MENEZES, *et al.*, 2018).

Com isso o povo saaráui mobilizou uma forte resistência contra a dominação espanhola durante toda sua colonização, inicialmente em cooperação com o Marrocos e isso não foi diferente a posteriori com a colonização marroquina, quando seus aliados na luta anti colonial voltou-se contra eles, provocou a criação em 1973 de uma movimento anti-colonial político-revolucionário em favor da autonomia da região, a Frente Polisario (abreviatura de Frente Popular de Libertação de Saguia El Hamra e Rio de Oro), originário basicamente de dois grupos nacionalistas saaráuis: os Tan-Tan, formado essencialmente por universitários saaráuis que estudaram no Marrocos e os Zuerat, saarauis residentes na Mauritânia, inspirados em movimentos de libertação anteriores como o egípcio, líbio e argelino (PENNA FILHO, 2010 e MENEZES, *et al.*, 2018).

Em meados 1974 a Espanha propôs um plano de autonomia local em que os saaráuis nativos iriam executar seus próprios assuntos político localmente, mas a soberania de fato permaneceria sob controle espanhol, o plano foi rejeitado pela Frente Polisario e seu principal líder Al-Wali Mustafa, dando continuidade às lutas de libertação. No ano seguinte ocorreu o Acordo de Madrid, assinado em tripartite pela Espanha, Marrocos e Mauritânia, que teve

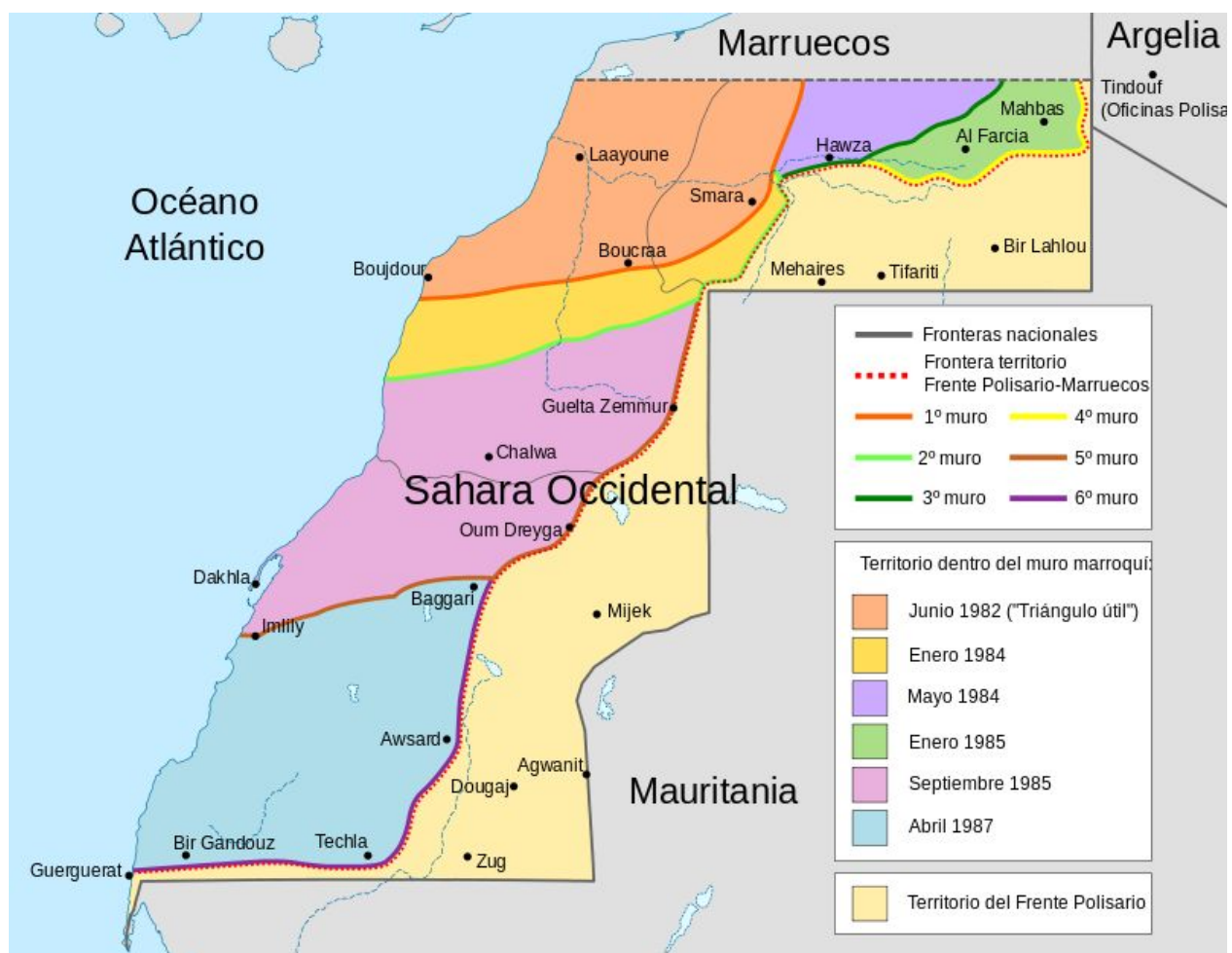
como principal ato a divisão do Saara Ocidental entre os dois países africanos. O acordo também decretou o fim do controle espanhol sobre o território, mas não a soberania, a Espanha permaneceria a ter poder administrativo e econômico sobre o Saara Ocidental. Após o acordo em 1976, o Marrocos invadiu a parte do território que estavam sob o controle da Mauritânia, provocando um grande fluxo de refugiados saaráuis para o sul da Argélia, principalmente próximo a cidade de Tindouf (HAMUDI, 2013).

Depois da invasão ilegal feita pelo Marrocos em território saaráui, em 1976, a Frente Polisario proclama a República Árabe Saaráui Democrática (RASD), atualmente reconhecida por uma porção considerável de países, principalmente latino americanos e africanos, muito embora alguns países como o Brasil não reconhecem a República Saaráui como um país soberano nem tem relações diplomáticas oficiais com eles mas reconhecem a Frente Polisario como representantes oficiais do povo saaráui assim como o direito do povo saaráui à sua autodeterminação. Em fevereiro de 1982 a RASD é oficialmente aceita pela maioria dos países membros a fazer parte da Organização da Unidade Africana (OUA), mesmo ainda mantendo o *status* de território não autônomo pela ONU. Com isso o Marrocos recusa-se a continuar participando da OUA devido a entrada da República Saaráui como membro pleno da organização, retirando-se da organização. Esse cenário mudou apenas em 2016 quando o Marrocos demonstrou interesse em reintegrar a organização, agora União Africana (UA), tornando-se membra novamente (MARTINS, 2017)

A Mauritânia abandona em 1979 todas as reivindicações sobre o território saaráui, assinando um acordo de paz com a Frente Polisario em Argel, entretanto a guerra de libertação contra o governo do Rei Hassan II, filho de Mohamed V, continuou (HAMUDI, 2013). Esse conflito perdurou quase duas décadas, até a intervenção da ONU em 1991 com a Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental (MINURSO), que deveria preparar a região para uma consulta popular acerca da emancipação do Saara Ocidental, contudo essa empreitada não obteve êxito (PENNA FILHO, 2010 e BARATA, 2012). Com a perpetuação da guerra o território do Saara Ocidental que em sua maior parte é desértico transformou-se num campo minado, estima-se que o governo marroquino tenha instalado entre 3 e 7 milhões de minas para combater a Frente Polisario. Como se não bastasse, para isolar ainda mais a Frente Polisario, o governo do Marrocos ergueu um muro com mais de 2.500 km de extensão que corta a parte leste do país que faz fronteira com a Mauritânia, única região do país que de fato é controlada pela Frente (PENNA FILHO, 2010).

A construção deste muro (denominado *The Berm*) ocorreu em etapas e avançou pouco a pouco na ocupação do território saaráui, sendo o primeiro construído em 1982, seguidos por outros em 1985 e 1986, sendo finalmente completo em 1987 (ver figura 3) com a divisão entre as zonas controladas pelo governo central marroquino e a Frente Polisario, nessa divisão 85% do território do Saara Ocidental ficou sob o controle do Marrocos, enquanto os outros 15% como “zonas liberadas” sob administração da Frente Polisario. Basicamente essa fortificação foi construída no período de cinco anos em áreas desértica e desabitadas ou pouquíssimo habitadas e sua composição consiste em paredes de areia, pedra e arame farpado, medindo cerca de 3 metros de altura (ESTRADA, 2014).

Figura 3: Cronologia da expansão marroquina no Saara Ocidental e construção do muro (The Berm)



Fonte: Wikipédia, 2019.²⁰

²⁰ Disponível em:

<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Western_sahara_walls_moroccan_map-es.svg>.

Com essa cisão do território a capital do povo saaráui deixou de ser em El Aiune, maior cidade do Saara Ocidental que passou a ser administrada pelo Marrocos e recebeu o *status* de capital da região que compreende as três regiões de El Aiune, Bojador e Saguia el Hamra. Com isso a cidade de Bir Lehlou, localizada próxima à fronteira com a Mauritânia, tornou-se a capital temporária da República Árabe Saaráui Democrática, até que a capital foi transferida para Tifariti em 2008, enquanto El Aiune permanece sob a tutela marroquina (BHATIA, 2001).

Dando continuidade a MINURSO o Secretário-Geral da ONU à época Kofi Annan nomeia em 1997 o estadunidense e ex-secretário de Estado dos EUA James Baker para presidir e supervisionar as negociações do Acordo de Houston, entre Marrocos e a Frente Polisario, Neste acordo ambos concordaram em resolver todos as suas pendências legais e divergências para se concretizar a realização do referendo, que poderia legitimaria ou não a emancipação do Saara Ocidental, entretanto até a atualidade esse almejado referendo não se realizou (HAMUDI, 2013 e BARATA, 2012). Um dos principais fatores que impossibilitaram a realização do referendo é que na época que ele seria realizado não se tinha um censo preciso da população saaráui residente na região, isso se dá devido ao caráter nômade desses povos, o que dificultaria o alcance dos organismos internacionais para a realização do levantamento, sem contar os refugiados que se encontram exilados nos países vizinhos e a população marroquina residente em território Saaráui, que o Marrocos inclusive exige que também faça parte do referendo (PENNA FILHO, 2010).

A MINURSO está em vigor no Saara Ocidental a mais 28 anos, desde 1991, onde é renovada anualmente pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esta missão tornou-se para o povo saaráui um espécie de símbolo da ocupação marroquina, tendo em vista que em termos práticos ela não teve nenhuma efetividade, agindo como um fator de normalização da situação do Saara Ocidental, considerando ainda que essa é a única Missão de Paz da ONU no mundo que não conta com um mandato de vigilância e supervisão em relação à proteção dos direitos humanos (ESTRADA e COSTA, 2017). Esse fato ocorre principalmente em função da falta de compromisso do Conselho de Segurança em se engajar efetivamente na solução da questão, que inclusive recorrentemente entra como pauta de deliberação dentro do Conselho, mas recebe ameaça de veto da França ou EUA, principais aliada do Marrocos. A questão do Saara Ocidental já se transformou num tipo de conflito esquecido pela falta de interesse de um lado e negligência deliberada das potências do outro, principalmente porque

nada de efetivo ocorreu nas últimas décadas para a realização do referendo, o que tudo indica ser o único caminho político para a resolução do conflito (PENNA FILHO, 2010).

3.2. Tanzânia

Inicialmente o território da Tanganica (parte continental do que atualmente compreende a Tanzânia), foi uma colônia do Império Alemão, denominada África Oriental Alemã, que esteve sob domínio alemão desde a década de 1880 até 1919, mas com a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial ela tornou-se um mandato da Liga das Nações concedida a administração do Reino Unido, que a colonizou entre 1919 e 1961. Já a sua parte insular, Zanzibar, era um sultanato independente, que também se tornou um protetorado britânico na mesma época. O território da Tanganica tornou-se independente do sistema colonial britânico, em 1961, através do movimento da União Nacional Africana de Tanganica (TANU)²¹ liderado pelo professor Julius Nyerere, seguidamente em 1963 Zanzibar também torna-se independente (VIDAL, 2017 e MAZRUI, 1969).

Diferentemente de outros estados africanos que após alcançarem suas independências passaram por guerras civis e regimes militares autoritários, a Tanzânia em seu período pós-independência teve uma consistente estabilidade política, realidade que se perdurou nas décadas subsequentes (VIDAL, 2017). Devido a todos esse fatores a Tanzânia ficou marcada por estar entre os estados africanos mais “radicais”, quanto sua postura pan africanista e anti-colonial, uma vez que as dinâmicas coloniais não deixaram tantas marcas na trajetória independente do país ao contrário da maioria das ex-colônias africanas, inclusive pode-se afirmar que o caso da Tanzânia é um dos exemplos de sucesso na superação da herança política e social do colonialismo (MAZRUI, 1969 e KANTER, 2015).

Pouco depois de suas respectivas independências, em 1964, Tanganica e Zanzibar fundiram-se para criar a República Unida da Tanzânia²² e dentro do acordo de união se estabelece que o Presidente da República seria originário do continente e o Vice-Presidente um nativo de Zanzibar. Sob a liderança do *Mwalimu*²³ Julius Nyerere, principal dirigente do movimento de independência e união do país e primeiro presidente da Tanzânia, o partido

²¹ Tanganyika African National Union.

²² Tanzânia é um *portmanteau* de "Tanganica" e "Zanzibar".

²³ Palavra suaíli para “professor”, apelido pelo qual Nyerere era conhecido (KANTER, 2015).

TANO uniu-se com o *Afro-Shirazi*²⁴ Party (ASP) oriundo de Zanzibar, únicos partidos reconhecidos oficialmente pela Constituição de 1965, formando o atual partido *Chama Cha Mapinduzi* (Partido Revolucionário - CCM) (VIDAL, 2017).

Vale ressaltar que Nyerere era um grande entusiasta e defensor do pan-africanismo, tendo como grande projeto conciliar uma independência coletiva de toda a África Oriental e posteriormente constituir uma espécie de Estado Confederado na região, idealizado como Federação Africana do Oriente, entretanto seu projeto não vingou devido a falta de apoio político interno e externo, mas ele sempre manteve-se defensor da integração regional dos países africanos (KANTER, 2015). Em junho de 1960 inclusive Nyerere pronunciou-se num encontro de Chefes de Estado africanos em Adis Abeba quanto à necessidade de haver uma Confederação antes de cada país tornar-se independente, tendo inclusive considerado atrasar o processo de independência de Tanganica em função desse projeto, declarou ele:

"Quanto a mim, preferiria antes adiar de alguns meses a celebração da independência de Tanganica e celebrar a independência da África Oriental em 1962, do que correr o risco de perpetuar a balcanização da África Oriental." (MAZRUI, 1969, p. 59).

Em 1963, pouco antes da independência de Zanzibar e da unificação com Tanganica, Nyerere juntamente com o Jomo Kenyatta (primeiro presidente do Quênia) e Milton Obote (primeiro-ministro de Uganda) se empenharam nas negociações para estruturar uma constituição provisória para o projeto da futura Federação da África Oriental. Embora as negociações tenham se iniciado de uma forma convergente, aos poucos as divergências entre esses três estados foram se evidenciando e a concretização da formação da Federação mostrou-se cada vez mais inviável. Segundo o primeiro-ministro ugandês Obote o resultado das negociações compilados na declaração de Nairobi havia sido apenas uma espécie de diretriz do que uma obrigação de fato para os Estados que o aderiram (MAZRUI, 1969).

Cada vez mais se evidenciava que enquanto Tanganica e Quênia se empenharam na negociação sobre o tipo de federação mais aceitável, isso já não era uma prioridade para o governo de Uganda que aos poucos minguava seus esforços para essa empreitada. Entretanto o que realmente assolou o projeto da Federação da África Oriental não foi diretamente nenhum dos três Estados que estavam participando de suas formulações, mas sim por parte de

²⁴ *Shirazi* significa os africanos com ascendência nativa e persa (KANTER, 2015).

Zanzibar que em janeiro de 1964 sofreu um golpe de estado que introduziu uma nova era de rebeliões na região. Essa onda de rebeliões produziu diversas repercussões negativa que afetaram a formação da Federação, principalmente por que tais rebeliões se espalharam para os três países continentais, mas com o apoio da Tanganica essa onda insurgente foi superada e em abril de 1964 Tanganica e Zanzibar se unificaram formando a República Unida da Tanzânia. Contudo, Zanzibar tenha adotado a constituição de Tanganica ainda preservou certo grau de autonomia como representação própria no parlamento e a garantia do vice presidente da União fosse oriundo de Zanzibar (MAZRUI, 1969). Essa situação modificou-se apenas na década de 1990 com a introdução de um sistema multipartidário, regendo uma nova Constituição em 1992 que instituiu o pluralismo político na Tanzânia (VIDAL, 2017).

Alcançando relativa estabilidade política, Nyerere implementou nas décadas de 1960 e 1970 um projeto político de forte cunho sócio educacional, mas que envolveu também uma forte neutralização de forças sociais autônomas que pudessem fazer qualquer tipo de oposição ao governo vigente, mostrando uma nova faceta de cunho autoritário presente nesse governo. Em 1965 Nyerere lança o que ele denominou Declaração de Arusha, que consistia na compilação de suas principais ideias a fim de formular uma matriz ideológica do estabelecimento de um “socialismo africano”, corrente de pensamento que incorporava os elementos tradicionais das sociedades africanas com a necessidade de um modelo africano de desenvolvimento econômico. Um conceito fundamental nesse processo foi o de *Ujamaa*, que significa valores familiares em suaíli, que foi apropriado como um conceito em que os indivíduos se constroem coletivamente através de uma cooperação comunitária que ao longo do tempo adquiriu uma conotação socialista aos moldes africanos (KANTER, 2015).

Nyerere pôs seu projeto de estado-nação autônomo em prática através de um programa de nacionalização que incluía a criação e estímulo a uma identidade tanzaniana que transcendesse as identidades locais tradicionais; o estímulo à autonomia nacional e integração regional com seus irmãos africanos; a coletivização da produção agrícola por meio da união de recursos entre os agricultores e a modernização de técnicas de plantio e cultivo a fim de aumentar a produção; e a universalização e gratuidade da saúde e educação, tornando-a obrigatória a toda a população. Essas foram umas das principais medidas tomadas por Nyerere a fim de alcançar o seu sonhado Estado de bem-estar social por meio do *Ujamaa* e tendo como principal diretriz norteadora a Declaração de Arusha (KANTER, 2015).

Outro aspecto que sofreu impacto do pensamento *Ujamaa* é que apesar desta ideologia enfatizar valores como unidade e família ela acabou remetendo a um modelo de igualdade de direitos, funcionando como incentivo à participação política das mulheres naquele período, com isso a Tanzânia foi o primeiro país a introduzir medidas de ação afirmativa em relação a equidade de gênero em 1985 sendo um dos poucos países a época que não passaram por conflitos e grandes baixas populacionais masculina a alcançar uma percentagem de participação política feminina acima de 30% (VIDAL, 2017).

Embora esse modelo teve um legado imensurável na sociedade tanzaniana, ela chegou desgastada no final da década de 1980 e início da década de 1990, tendo como sucesso a expansão e alcance quase que total da saúde e educação para a população, sendo considerado modelo de progresso focado no desenvolvimento humano para a África. Para além disso a Tanzânia provou-se um estado estável e seguro, sem golpes de Estado, revoltas insurgentes ou incidentes de violência generalizada em largas escalas, tão recorrentes no continente africano à época. Entretanto, no quesito econômico a Tanzânia mostrou-se inconsistente, não conseguindo atingir as metas de crescimento econômico, ameaçando a durabilidade a longo prazo das políticas públicas e dos programas sociais, tendo um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) insuficiente para seu grande crescimento demográfico, endividando-se internacionalmente e tornando-se extremamente dependente das doações externas para fechar seu balanço de pagamento (KANTER, 2015).

Em 1977 Nyerere realizou uma avaliação dos dez anos promulgação da Declaração de Arusha, compilados num documento intitulado *The Arusha Declaration Ten Years After* (1977), no qual ele aponta que muito embora os ganhos sociais tenham sido muitos as várias falhas econômicas tornaram inviável sua manutenção. Adicionados a esse momento econômico desfavorável a Tanzânia se envolve numa guerra contra Uganda entre 1978-79, vencida pela Tanzânia mas que gerou muitos custos econômicos, incluindo queda na produção agrícola decorrentes das baixas da populacionais convocadas para a guerra e a redução do financiamento internacional consequente do seu envolvimento num conflito militar, sem contar a ocorrência do segundo choque do petróleo na década de 1980, que só agravou a crise tanzaniana. Em 1985 Nyerere deixa a presidência, não tentando a reeleição e permanecendo apenas como liderança do partido CCM (KANTER, 2015).

3.3. Análise Histórico Comparativa

Considerando o retrospecto e delineamento dos processos históricos dos dois países selecionados, bem como suas experiências em comum, é possível traçar uma narrativa que contraponha suas trajetórias a fim de se controlar as variáveis dependentes, ou seja, a presença das características contínuas compartilhadas em ambos os casos e melhor compreender a motivação pela qual casos similares de Estados africanos diferenciam-se no resultado a ser estudado, que no caso é a reprodução da prática colonial. Nesse sentido definiu-se que o caso positivo seria a República Unida da Tanzânia, neste país contém o fenômeno a ser explicado, enquanto o caso negativo seria o Reino do Marrocos, caso que não apresenta o fenômeno estudado, que seria justamente a reprodução de práticas coloniais de dominação com outrem (Saara Ocidental).

Primeiramente identificou-se as semelhanças dos casos, ou seja as variáveis dependentes, que se caracterizam pela experiência colonial que tanto a Tanzânia como o Marrocos compartilham, cada qual com fases e colonizadores distintos. No caso da Tanzânia ela foi inicialmente colonizada pela Alemanha de 1880 a 1919 e pelo Reino Unido de 1919 a 1961, já o Marrocos foi colonizado simultaneamente pela Espanha e pela França onde ambos iniciaram a colonização em 1912 até meados de 1956-1957. Outro fator de convergência dos casos é que ambos se libertaram de suas metrópoles por meio de lutas de libertação nacional, movimentos emancipatórios liderados por frentes organizadas que posteriormente tornaram-se influentes partidos políticos que exerceram um importante papel na construção política dos estados recém independentes, na Tanzânia representado pela TANU e no Marrocos pelo Istiqlal.

Já quanto a variável independente, a hipótese consiste na suposição de que se determinado estado ou nação após passar pelo processo de colonização provavelmente iria reproduzir a opressão colonial de alguma forma, a não ser que nesta sociedade se tenha um projeto de educação libertadora que transforme os paradigmas e todo legado colonial que norteiam essa sociedade. Nos casos estudados a Tanzânia passou por profundas reformas sociais e políticas pós independência sendo considerado um dos casos africanos mais bem sucedidos de descolonização, enquanto que o Marrocos em contrapartida tornou-se na atualidade o único estado africano que coloniza outro estado irmão dentro do continente, isso motivado principalmente pela manutenção de preceitos oriundos da colonização francesa e

espanhola, tais como os paradigmas de desenvolvimento baseados na exploração de recursos e subjugamento de outro povo.

Tabela 1: Análise histórico comparativa dos casos do Marrocos e Tanzânia

Casos	Marrocos	Tanzânia
Colonizador europeu	França (1912 - 1956) e Espanha (1912 - 1957)	Alemanha (1880 - 1919) e Reino Unido (1919 - 1961)
Movimentos de libertação nacional	Partido Nacionalista Marroquino (Istiqlal)	TANU
Independências oriundas de lutas anti coloniais	1956	1961-1963
Educação libertadora ^I	Ausência de educação libertadora	Declaração de Arusha e <i>Ujamaa</i>
Aquisição de Colônias ^{II}	Saara Ocidental	Sem aquisição de colônias

^I Fator explicativo chave.

^{II} Resultado a ser explicado.

Considerações Finais

Tendo como referencial teórico as correntes de pensamento pós-colonial e decolonial essa pesquisa se propôs a traçar uma narrativa que identificasse e criticasse a relação antagônica que existe entre o colonizador (opressor) e o colonizado (oprimido), bem como suas relações de poder, apontando assim as discrepâncias deste complexo projeto de dominação. A partir disto a análise se baseou num olhar crítico da manutenção das condições do colonizado buscando assim a emancipação completa de todos os tipos de opressão e dominação. O que os teóricos decoloniais chamam de “colonialidade do poder” é entendida justamente como a dominação das potências do norte em relação às periféricas no sul, ocorrendo através de uma hierarquização dos povos baseados na diferenciação por meio da raça, etnia, gênero, sexualidade e classe, tendo como principal objetivo o controle epistemológico desses povos e consequentemente o controle do trabalho, recursos e produção em prol do capital e do mercado mundial.

O marco teórico selecionado para embasar os argumentos e destrinchar a relação de poder entre o colonizador e o colonizado foram as formuladas pelos intelectuais Frantz Fanon, Albert Memmi e Paulo Freire respectivamente, cada um com uma abordagem e recorte específico. Frantz Fanon contribuiu para esse estudo com sua teoria enfocada num recorte racial e no impacto psicológico do racismo nos indivíduos oriundos dos países colonizados, já Albert Memmi desvenda a psiquê do opressor e do oprimido relatando os efeitos e interiorizações resultantes desse conflitos sociais, e por fim Paulo Freire defende a ideia do papel e essência da educação como uma prática libertadora com foco em uma prática educacional emancipatória para libertar o oprimido das amarras do opressor, transformando-o num sujeito autônomo e agente de sua própria história.

As três perspectivas são complementares e foram articuladas a fim de se melhor compreender como a dominação e opressão colonial agem nos seus agentes e estruturas. Aplicado aos casos selecionados (Tanzânia e Marrocos) essas teorias nos auxiliam a melhor entender o porquê de em alguns casos o colonizado reproduzir a lógica colonial e em outros casos essa lógica de opressão é quebrada e o colonizado alcança uma real libertação. A principal explicação para esse fenômeno é a defendida por Paulo Freire de que para não se reproduzir a prática da colonização os países libertos teriam que ter de fato uma “educação libertadora”, que no caso bem sucedido da Tanzânia foi graças à implementação de um

projeto político de forte cunho social realizadas pelo presidente Nyerere no período pós independência e início da formação do estado tanzaniano.

Muito embora o caso da Tanzânia seja considerado por algum tempo um caso de êxito, ele não se sustentou por muito tempo devido a vários fatores, sendo os principais relacionados às falhas econômicas do projeto de Nyerere e a guerra que a Tanzânia travou contra Uganda entre 1978-79. Juntamente a esse momento político econômico desfavorável o fracasso do modelo tanzaniano também foi fortemente influenciado pelo boicote internacional sofrido pela Tanzânia e pela ideologia pan africanista de Nyerere, sobretudo pelo ocidente que se encontrava num momento de intensa polarização no contexto da Guerra Fria, isolando a Tanzânia e tornando sua subsistência insustentável.

O Reino do Marrocos tem várias similaridades com a Tanzânia, como um passado colonial de exploração, metrópoles de origem europeia, lutas de emancipação e movimentos de libertação nacional e independências oriundas de lutas anti coloniais, contudo o que diferencia os dois casos foram o resultado de todo esse processo e como esses Estados africanos se comportaram nesse momento pós libertação. O Estado marroquino especificamente se desenvolveu e se estabilizou baseando-se numa estratégia expansionista. Para garantir estabilidade regional e prestígio perante as potências europeias o Marrocos optou por ocupar e explorar o território do Saara Ocidental, reproduzindo a lógica colonial a fim de atender a interesses políticos e econômicos tendo como finalidade fortalecer e estabilizar o governo marroquino.

Portanto, pode-se afirmar que a mudança de paradigmas provocados pelo que Paulo Freire chama de “educação como prática libertadora”, no caso da Tanzânia, pode ser identificado como o principal fator de não reprodução da lógica colonial. Por outro lado percebe-se que a ausência desse fator em alguns casos pode se mostrar extremamente preocupante, provocando em circunstâncias extremas, como a do Marrocos, o fenômeno do Saara Ocidental, a última colônia africana. Tristemente a questão do Saara Ocidental já se transformou num tipo de conflito esquecido, tanto pela falta de interesse da opinião pública internacional, como pela negligência deliberada das potências, intensificada também pela falta de representatividade e legitimidade do povo saaráui no sistema internacional.

Por fim, vale ressaltar que os critérios estabelecidos para a análise dos casos foram moldados de acordo com o contexto dos respectivos casos, e que em outras situações até mesmo do próprio continente africanos esses parâmetros muito provavelmente estariam

descalibrados e inapropriados para serem aplicados a realidade de cada povo. A vista disto podemos perceber melhor as limitações desta pesquisa quanto a sua aplicabilidade a outros contextos mais específicos, muito embora quanto às questões relacionais, dinâmicas de poder e hierarquização entre o colonizador (opressor) e o colonizado (oprimido) pode-se notar alguns padrões e regularidades comuns, o que possibilita uma certo grau de generalização.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rui António Pereira. *Interdependência e Segurança: uma década de relações entre Marrocos e a União Europeia*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa, 2012.

AZEVEDO, Raimondo Cagiano. *Migration and Development Co-operation*. Population studies, nº 28, Directorate of Social and Economic Affairs, Council of Europe Press, 1994.

BALDUÍNO, I. F. S. *A Disputa pelo Território do Saara Ocidental e os Refugiados Saarauis dos Campos de Tindouf*. 2015.
<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11355/1/2015_IaraFerreiradeSenaBalduino.pdf>.

BARATA, M. J. R. C. *Identidade, Autodeterminação e Relações Internacionais: O Caso do Saara Ocidental*. Universidade de Coimbra. 2012.
<<http://dspace.ismt.pt/bitstream/123456789/256/1/TESE.pdf>>.

BHATIA, Michael. *Western Sahara under Polisario Control: Summary Report of Field Mission to the Sahrawi Refugee Camps*. REVIEW OF AFRICAN POLITICAL ECONOMY (ROAPE Publications Ltd.) in issue no. 88/June. 2001.
<<http://www.arso.org/bhatia2001.htm>>.

BYRNES, Rita M. *South Africa: A Country Study - Relations with African States*. Washington: GPO for the Library of Congress, 1996. <<http://countrystudies.us/south-africa/>>.

CÉSAIRÉ, Aimé. *Discurso Sobre o Colonialismo*. Prefácio de Mário de Andrade. Cadernos Livres n.15, 1955.

CHEMANE, Orlando Daniel. *O que Paulo Freire ensinou na África ou o Segundo Caderno de Cultura Popular*. Movimento-Revista de Educação, Niterói, ano 4, n.7, p.182-208, jul./dez, 2017.

ESTRADA, Rodrigo Duque. *Saara Ocidental: história, geopolítica e perspectivas da “última colônia”*. CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, v. 7, n.1, 2014. <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23174/23174.PDFXXvmi=>>>.

ESTRADA, Rodrigo Duque e COSTA, Renatho. *O fracasso da missão de paz da ONU no Saara Ocidental*. 2017. <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/o-fracasso-da-missao-de-paz-da-onu-no-saara-ocidental>>.

FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas.*; tradução de Renato da Silveira . - Salvador : EDUFBA, 2008.

FAUNDEZ, Antonio. *Paulo Freire e sua influência na América Latina e na África*. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 12, n. 36, p. 593-611, maio/ago, 2012. <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/4663/4609>>.

FAUSTINO, Deivison Mendes. *20 de julho de 1925 nascia Frantz Fanon*. Geledés, 2014. <<https://www.geledes.org.br/20-de-julho-de-1925-nascia-frantz-fanon/>>.

_____. *Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo*. SER Social, Brasília, v. 20, n. 42, p. 148-163, jan.-jun, 2018.

FERRARI, Márcio. *Paulo Freire, o mentor da Educação para a consciência*. Nova Escola, 2008. <<https://novaescola.org.br/conteudo/460/mentor-educacao-consciencia#>>>.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. *Cartas a Guiné Bissau: registros de uma experiência em processo*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; BAQUERO, Marcello. *A Política Comparada na América Latina: dilemas e desafios no Brasil*. Revista Debates, vol. 7, nº. 3, 2013. <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/43949/27733>>.

GORDON, Lewis R. *What Fanon Said: a philosophical introduction to his life and thought*. New York: Fordham University Press, 2015.

HAMUDI, Aluat. *Saara Ocidental: o conflito territorial mais longo e mais esquecido da África*. Pambazuka News. 2013. <<https://www.pambazuka.org/pt/governance/saara-ocidental-o-conflito-territorial-mais-longo-e-mais-esquecido-da-%C3%A1frica>>.

HISCHBERG, H. Z (J. W.). *A history of the Jews in North Africa: From the Ottoman conquests to the present time*. volume II, 1981.

KANTER, Marcelo de Mello. *Política externa e integração na África Oriental: um estudo sobre Uganda, Tanzânia e Quênia*. 2015. <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132967/000982926.pdf?sequence=1>>.

KOHN, Margaret; REDDY, Kavita. *Colonialism*. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.) <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/colonialism/>>.

LANDMAN, Todd. *Issues and methods in comparative politics: an introduction*. New York, Routledge. 2008.

LIPPOLD, Walter Günther Rodrigues. *O pensamento anticolonial de Frantz Fanon e a Guerra de Independência na Argélia*. Monographia (FAPA) , v. 1, p. 1-20, 2005.

MADARIAGA, Maria Rosa. *El falso contencioso de la isla del Perejil*. El País, 2002. <https://elpais.com/diario/2002/07/17/opinion/1026856808_850215.html>.

MARTÍN, Miguel. *Colonialismo Español en Marruecos: (1860-1956)*. Publisher, Ruedo Ibérico, 1973.

MARTINS, C. G. D. *Marrocos e Saara Ocidental: do conflito à União Africana*. Conjuntura Internacional. 2017.
<<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2017/04/02/marrocos-e-saara-ocidental-do-conflito-a-uniao-africana/>>.

MAZRUI, Ali A. *Tanzânia e Malawi: Independência e após*. 1969.
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/viewFile/58998/57469>>.

MEMMI, Albert. *O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *La vie impossible de Frantz Fanon*. *Esprit*, 39, nº.406, p. 248-273. 1971.
<<https://esprit.presse.fr/archive/review/article.php?code=29875>>.

MENEZES, Fabiano L. de; MORAIS, Jéssica Moreira de Amorim e CARVALHO, Manoella Santos Mattos de. *Saara Ocidental: a miragem da descolonização*. *Leopoldianum*, Ano 44, nº 122, 2018.

MESQUIDA, Peri; PEROZA, Juliano e AKKARI, Abdeljalil. *A contribuição de Paulo Freire à educação na África: uma proposta de descolonização da escola*. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 126, p. 95-110, jan.-mar, 2014.
<<http://www.scielo.br/pdf/es/v35n126/06.pdf>>.

MIGNOLO, Walter D. *Coloniality - The darker side of Western Modernity*. In: *The darker side of western modernity: global futures, decolonial options*. Duke University Press, 2011.

NYERERE, Julius K. *The Arusha Declaration Ten Years After*. Dar es Salaam: Government Printer, 1977.

OLIVEIRA, Érita R., SOUSA, Sidneia S. e GONÇALVES, Sileide N. B. *Paulo Freire e a experiência alfabetizadora e educativa no contexto africanos: algumas considerações*. EDUCERE, 2017. <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26033_13428.pdf>.

PENNA, Camila. *Paulo Freire no pensamento decolonial: um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino americana*. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas; Journal of Study and Research on the Americas, 2014.

PENNA FILHO, Pio. *A difícil e esquecida questão do Saara Ocidental*. Boletim Meridiano 47. 2010. <<http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/474/294>>.

PERISSINOTTO, Renato. *Comparação, história e interpretação - Por uma ciência política histórico-interpretativa*. RBCS Vol. 28 n° 83 outubro/2013. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092013000300010>.

PORCH, Douglas. *Rif War*. MHQ: The Path to Victory: The Mediterranean Theater in World War II, 2006.. <<https://www.historynet.com/rif-war.htm>>.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americana*, p. 227-278. Buenos Aires: Clacso, 2005.

ROSEVICS, Larissa. *Do pós-colonial à decolonialidade*. In: CARVALHO, Glauber. ROSEVICS, Larissa (Orgs.). *Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo*, p. 187-192. Rio de Janeiro: Perse, 2017.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. *O uso do método comparativo nas Ciências Sociais*. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998. <http://nc-moodle.fgv.br/cursos/centro_rec/docs/o_uso_metodo_comparativo.pdf>.

THOMAS, David P. *Revisiting Pedagogy of the Oppressed: Paulo Freire and Contemporary African Studies*. Review of African Political Economy, p. 253-269, 2009.

UA. *Member States*. Who we are - About the African Union. The African Union Commission, 2019. <https://au.int/en/member_states/countryprofiles2>.

UNOSTAMPS. *Tangier International Zone*. 2009. <https://www.unostamps.nl/country_tangier_international_zone.htm#_top>.

U.S. Department of State. *U.S. Relations With Liberia*. 2019. <<https://www.state.gov/u-s-relations-with-liberia/>>.

VIDAL, Sara J. S. *A participação política das mulheres - em Moçambique e na Tanzânia: um estudo comparado*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2017. Dissertação de mestrado. <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/15027>>.

VIGNET-ZUNZ, Jawhar e ZOUGGARI, Ahmed. *Jbala: Histoire et société. Sciences Humaines*. 1991.

WCC. *What is the World Council of Churches?* 2019. <<https://www.oikoumene.org/en/about-us>>.

YOUNG, Robert J. C. *Postcolonialism: An Historical Introduction*. Oxford: Blackwell, 2001.